

Ajuste econômico sai aos poucos

149
O programa de ajuste da economia brasileira, anunciado pelo ministro Funaro em sua última viagem ao Exterior, será implantado aos poucos, sem pacotes e também sem consultas aos credores externos. O presidente Sarney decidiu que as medidas devem ser anunciadas uma a uma, com razoável espaço de tempo entre elas, e que esse plano de ajuste nada tem a ver com a renegociação da dívida. Aos credores, será apresentada nas próximas semanas uma proposta com os pontos que o governo considera essenciais para refinanciar seus débitos.

Um assessor de Sarney revelou ontem que o presidente já combinou com o ministro Funaro que as novas medidas serão divulgadas "sem estardalhaço", como aliás já vem sendo feito o realinhamento dos preços, uma das etapas do plano de ajuste. Esse realinhamento deve estar concluído no prazo de 30 a 45 dias, incluindo as tarifas públicas, mas a idéia é evitar concentração de aumentos em períodos curtos, para não provocar uma explosão inflacionária.

Por sua vez, auxiliares de Funaro já traçaram um cronograma das medidas a serem tomadas, a começar da reunião de hoje do Conselho Monetário Nacional, e que visam, entre outras coisas, conter o processo de desaceleração da atividade econômica no País. As primeiras dessas medidas seriam a ampliação do prazo de financiamento direto ao consumidor e as revisões no Imposto de Renda.

Os assessores de Funaro admitem que a ampliação do prazo de financiamento ao consumidor não estimulará muito o consumo, porque as taxas de juros estão muito altas. Mas com a nova tabela do IR na fonte, que diminuirá a retenção pelos assalariados, espera-se ampliar o poder de consumo

da economia, especialmente da classe média.

A estas medidas serão adicionadas, na próxima semana, segundo um colaborador direto de Funaro, mais algumas que auxiliarão na diminuição do desaquecimento da economia. Ele não revelou em detalhes quais serão, mas indicou que se concentrarão na área de crédito às empresas, especialmente na área de custeio.

Terminada esta etapa de curto prazo, a área econômica concentrará seus esforços no combate à inflação. Entre as medidas em estudo, a principal prevê a extinção do gatilho salarial, seguida da concessão de um abono geral e fixação de uma nova política salarial. Estas medidas seriam submetidas à análise do Congresso Nacional sob a forma de um projeto de lei.

Déficit público

A próxima etapa do programa de ajuste, cujo anúncio obedecerá à mesma discrição, é relativa à redução do déficit público, relacionada com a meta de 1,5% do PIB para o corrente ano, no conceito operacional. O ponto alto dessa fase será a divulgação, nos próximos dias, do orçamento da Sest (Secretaria de Controle das Empresas Estatais) para o corrente exercício, contemplando reduções significativas nos dispêndios globais das empresas do governo, tanto em investimentos como em custeio.

A redução dos investimentos, de acordo com informantes oficiais, resultou de uma realocação desses dispêndios, de modo a dar prioridade aos projetos de desenvolvimento da infra-estrutura econômica — energia elétrica, siderurgia, transportes e comunicações — e, ao mesmo tempo, cortar

recursos destinados a investir em novos projetos considerados não-essenciais.

O objetivo é reduzir à irrelevância o déficit das estatais, que no ano passado alcançou Cr\$ 13,3 bilhões, segundo anunciou ontem o ex-ministro do Planejamento, João Sayad. Embora os cortes estejam praticamente definidos, o assunto somente será fechado quando o novo ministro do Planejamento certamente mais afinado com o ministro da Fazenda, assumir seu posto.

Finalmente, a terceira medida de impacto dentro do programa de ajuste é a que diz respeito à eliminação gradual, no período de dois a três anos, da massa de subsídios concedidos pelo Tesouro a diversos setores da economia, tanto à produção (energia elétrica) como ao consumo (trigo). A Consultoria Geral da República está concluindo a elaboração de um projeto de lei a ser submetido ao Congresso, definindo os critérios para a eliminação dos subsídios e transferindo aos parlamentares a responsabilidade da concessão de subsídios, com a exigência de uma prévia indicação das fontes de financiamento.

Dívida

Quanto à posição diante dos credores, fontes oficiais informaram que a decisão de Sarney é manter "firmeza e intransigência", apesar das reações que possam ocorrer. "Estamos atentos", disseram as fontes consultadas, "às pressões recebidas pelo ministro Funaro, diretamente de membros de governos nos Estados Unidos, Europa e Japão, para que o plano econômico seja apresentado como prévia indispensável à negociação".

Contudo, na visão do Planalto e do Mi-

nistério da Fazenda, quando os governos e banqueiros mencionam plano econômico eles se referem a uma proposta de ajuste recessiva, igual à que o Brasil teve de implementar em 1983 e 1984, e essa sugestão será recusada até o fim, sejam quais forem as consequências.

Na avaliação das autoridades da área econômica, se o Brasil ceder e se apresentar com um programa econômico ortodoxo, os credores exigirão que esse plano seja submetido a um exame do Fundo Monetário Internacional. Se o Brasil ceder em mais esse ponto, virá a terceira exigência: que o plano receba o "sinal verde" do "board" do Fundo, sem o que a negociação não poderá prosseguir.

"Sabendo disso" — afirma um assessor do presidente — "é que decidimos

endurecer a posição, oferecendo aos banqueiros o que lhes interessa na negociação: uma proposta financeira indicando as condições reclamadas pelo Brasil para firmar um acordo multi-anual de refinanciamento da dívida".

Ontem, o Planalto recolheu como indicação de que a presidência vai continuar as declarações do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, insistindo em que deve o governo brasileiro se apresentar diante dos seus credores com um plano econômico consistente e confiável para facilitar as negociações.

